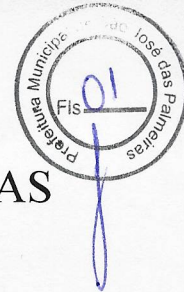


ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 16 de novembro de 2022.


DE: SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARA: SETOR DE FINANÇAS

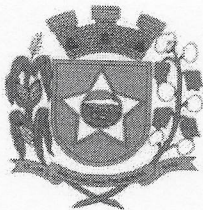
Prezada Senhora

Solicito que informe a dotação orçamentária para a aquisição de cestas básicas, para atender o plano de assistência social do município de São José das Palmeiras-PR. (conf. Lei Municipal nº 604/2017 de 09 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 619/2018 de 08 de novembro de 2018 e Decreto Municipal nº 167/2021 de 17 de novembro de 2021), para atender a Secretaria de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras-PR.

Cordialmente

  
ALEXANDRA NUNES MARAFIJA  
Secretária de Assistência Social





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 17 de novembro de 2022.

De: Setor de Finanças

Para: Secretária de Assistência Social

Excelentíssima Senhora,

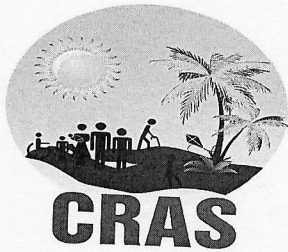
Em atenção à solicitação expedida por Vossa Excelência, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para a aquisição de cestas básicas, para atender o plano de assistência social do município de São José das Palmeiras-PR.(conf. Lei Municipal nº604/2017 de 09 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 619/2018 de 08 de novembro de 2018 e Decreto Municipal nº 167/2021 de 17 de novembro de 2021), para atender a Secretaria de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras- PR., sendo que a liquidação será efetuada através da seguinte dotação orçamentária.

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	4090	09.002.08.244.0012.2087	0	3.3.90.32.00.00	Do Exercício

Cordialmente

Aparecida Conceição Sant Ana Ribeiro  
Secretária de Finanças





**CRAS-Centro de Referência de Assistência Social**  
Professora Ivone Moreira Guilhem  
Rua João Batista das Chagas, nº 991, Fone/Fax: 045-32591587  
Cep: 85898-000  
São José das Palmeiras - PR



### Relatório

Em análise realizada nos cadastros de benefício eventual de alimentação do CRAS, levantamos os seguintes dados.

Há cerca de 235 famílias com cadastro feito ou atualizado neste CRAS no ano de 2022, destes cerca de 15 ainda estão para análise do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e 5 são de famílias com um único membro, do sexo masculino e em idade produtiva, que recebem doações esporádicas, conforme decidido pelo CMAS.

Há maioria dessas famílias, de acordo com o declarado em cadastro, não possuem renda fixa, vivendo de diárias, todas possuem declaração de renda como autônomo.

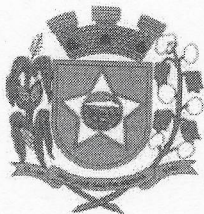
Das 215 famílias recebendo cesta básica no momento, a grande maioria possui renda declarada inferior à meio salário mínimo, conforme disposição da lei municipal, salvo alguns casos em que, apesar de possuir renda superior, em análise minuciosa por parte do Conselho e da equipe técnica, conclui-se a necessidade do benefício tendo em vista gastos altos com medicamentos não disponíveis na farmácia popular.

Todas as famílias estão devidamente cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais, e várias recebem, além da cesta básica do município o benefício do Programa Auxílio Brasil.

*Andréia B. Zimpel*  
Andréia Cristine Zimpel  
Assistente Social  
CRESS 8518/PR

**São José das Palmeiras, 25 de Novembro de 2022.**





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



## SOLICITAÇÃO

DE: SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARA: PREFEITO MUNICIPAL

### 1 - OBJETO

Aquisição de cestas básicas, para atender o plano de assistência social do município de São José das Palmeiras-PR.(conf.Lei Municipal nº604/2017 de 09 de novembro de 2017,Lei Municipal nº 619/2018 de 08 de novembro de 2018 e Decreto Municipal nº 167/2021 de 17 de novembro de 2021), para atender a Secretaria de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras- PR.

### 2 - JUSTIFICATIVA

A realização de processo de licitação para a aquisição deste objeto se justifica face ao interesse público de proceder-se a distribuição realizada pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), às pessoas/famílias, deste município, as quais, comprovadamente, se encontram em situação de necessidade, conforme avaliação realizada por profissionais competentes.

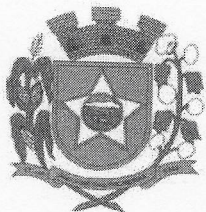
### 3 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O Critério de julgamento será o **menor preço unitário do item**.

### 4 - DAS ESPECIFICAÇÕES/VALORES REFERENCIAIS

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VLR. DEFINIDO (POR CESTA)
01	ATÉ 2.400	<b>CESTA BÁSICA, contendo no mínimo:</b>  1 pct. de arroz tipo 1 – de 5kg; 1 pct. de açúcar – de 5 kg; 1 pct. de feijão – de 1kg; 2 pct. de macarrão – de 500 g;	<b>R\$ 117,90</b>





ESTADO DO PARANÁ

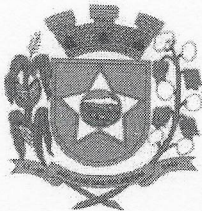
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



	1pct. defarinhadetrigo –de1kg;2 un. deóleo desoja – 900ml; 1pct. desal –de1kg; 1pct. de café– de500g; 1pct. de bolacha –de740 g; 1un. demolho detomate– de340 g;	
<b>DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS DA CESTA BÁSICA</b>		
PCT	<b>Arroz</b> ,brancoclasselongofino,tipo1,subgrupopolidoembalagemde05kg,isento dematériaterrosa,fungosouparasitas,livredeumidade.Informaçõesdofabricant e,especificaçõsdoprodutoecomvalidademínimade06mesesacontardadatad aentrega.	
PCT	<b>Açúcar cristal</b> , especial, aspecto granuloso fino a médio, isento de matéria terrosa,livre de umidade e fragmentos estranhos, saco plástico atóxico, embalagem de 5kg.Informaçõesdofabricante,especificaçõsdoprodutoecomvalidademínim ade06mesesacontardadatada entrega.	
PCT	<b>Feijão</b> de cores, tipo 1, embalagem de 01kg, grãos de tamanho médio a grande,inteiros,aspectobrilhoso,liso,isentodematériaterrosa,pedras,fungoso uparasitaselivredeumidadeefragmentosoucorposestranhos,especificaçõsd oprodutoecom validademínimade04 mesesacontardadata daentrega.	
PCT	<b>Macarrão</b> desêmolacontendofarinhadetrigoenriquecida comferroeacidofólico ecorantenaturalurucumecúrcuma,embalagemde500g.,informaçõesnutricion ais,validademínimade04meses a contardadatadaentrega.	
PCT	<b>FarinhadeTrigo</b> Tipo1,embalagemde1kg,aspectofino,isentadematériaterros a,fungos,mofos,parasitaselarvas,livredeumidadeefragmentosestranhos,com especificaçãodosingredientes,informaçõesdofabricante,comvalidademínima de04 meses a contardadata deentrega.	
UNID	<b>Óleodesoja</b> ,filtradonomínimo5(cinco)vezes,zerodegorduratrans,s/colesterol, embalagemde900ml,informaçõesdofabricante,especificaçãodoprodutoe com validade mínimade06 meses a contardadata daentrega.	
PCT	<b>Sal</b> refinadoiodado,embalagemde01kgcomespecificaçõsdoprodutoecomvali dademínimade12meses acontar dadata daentrega.	
UNID	<b>Café</b> torradoemoído,embalagemalmofada com500gr,especificaçõsdoprodut oecom validademínimade04 meses acontardadata daentrega.	
PCT	<b>Bolacha doce</b> , tamanho uniforme, acondicionada em embalagem plástica duplaproteção transparentes apropriados, com informações nutricionais, peso, data defabricação,comvalidademínimade04mesesacontardadatadaentrega,emb alagemde740gr.	
UNID	<b>Molhodetomate</b> ,elaboradoapartirdapolpadetomate,levementeconsistente,c ompresençadeespeciarias,sendoenvasadoemembalagemaluminizadaprevi amenteesterilizada,embalagemde340gr.	
<b>VALOR TOTAL DO ITEM:</b>		<b>R\$ 282.960,00</b>





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Após realizada pesquisas de preços entre fornecedores, conforme orçamentos inclusos, foi sugerida a média dos valores para ser adotado como preço máximo a ser admitido no certame.

## 5 - DO LOCAL DE ENTREGA

EntregarasmercadoriasnoCentrodeReferênciadeAssistênciaSocial(CRAS).En  
dereço:RuaJoãoBatistadasChagasnº991.Centro–SãoJosédasPalmeiras-PR.

## 6 – PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega é de no máximo **7 (sete) dias**, a contar da solicitação do Município,acondicionadaemembalagens contendo kits individuais.

Avigênciadocontratoéaté**12(doze)meses**,podendoserprorrogadoporiguais suc  
essivos períodos, consoantedisposto no art.57, inciso II da Lei8.666/93.

## 7 – DO ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA E AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

O acompanhamento da entrega do (s) produto (s) ficará (ão) a cargo dos servidores responsáveis conforme a Portaria nº 134/2022, e a fiscalização do contrato ficará a cargo da servidora **Sra. Maria Claudinéia Marques Bassi** ea Secretaria de deverá solicitar os materiais/produtos, emitindo relatório da entrega dos mesmos, podendo recusar-se a receber produtos cujo nível de qualidade não seja similar aos especificados no edital.

## 8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências, para a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

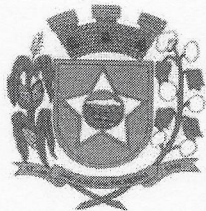
Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Termo;

Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento da(s) mercadorias, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

Solicitar a(s) mercadoria(s);

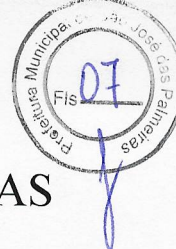




ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Verificação das quantidades da(s) mercadorias(s) entregues;

## 9 – DO PAGAMENTO

O (s) pagamento (s) será (ao) efetuado (s) entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega do (s) produto (s), mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

- 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços;
- 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS;
- 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
- 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- 6) Certidão de Débitos Trabalhistas.


## 10 -DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	4090	09.002.08.244.0012.2087	0	3.3.90.32.00.00	Do Exercício

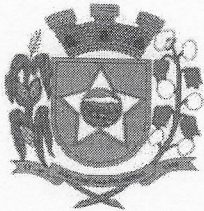
## 11 – DA AUTENTICIDADE DOS ORÇAMENTOS

Pelo presente declaro que os orçamentos das Empresas: MERCADO FRANZ DE ALIMENTOS LTDA, DCL – MERCADO FAMÍLIA LIMA LTDA e CLEVES MARTINS TOSTA, foram por mim recebidos e rubricados, passando a integrar o presente Termo de Referência.

  
**ALEXANDRA NUNES MARAFIGA**  
Secretária Municipal de Assistência Social

## 12 - DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



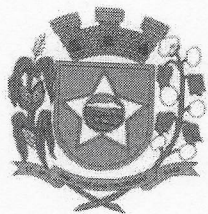
Como condição de classificação, poderá (ao) o Senhor Pregoeiro ou a Comissão Permanente de Licitação promover, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93 diligencias que entender necessárias.

São José das Palmeiras, 29 de novembro de 2022.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

*Alexandra Nunes Marafija*  
**ALEXANDRA NUNES MARAFIJA**  
**Secretária Municipal de Assistência Social**





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 29 de novembro de 2022.

De: Gabinete do Prefeito

Para: Comissão Permanente de licitação

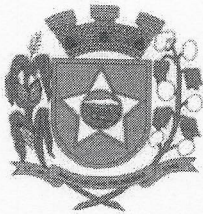
Prezado Senhor:

Em vista da solicitação da Secretaria de Assistência Social, visando aquisição de cestas básicas, para atender o plano de assistência social do município de São José das Palmeiras-PR.(conf.LeiMunicipal nº 604/2017 de 09 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 619/2018 de 08 de novembro de 2018 e Decreto Municipal nº 167/2021 de 17 de novembro de 2021), para atender a Secretaria de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras- PR., fica Vossa Senhoria autorizado a dar prosseguimento a abertura de processo de licitação, consoante com a Lei 8.666/93.

Atenciosamente

  
**NELTON BRUM**  
Prefeito Municipal





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



DA: ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Parecer sobre Licitação modalidade **Pregão Presencial** nº 066/2022

Por determinação do Senhor Prefeito Municipal e Secretária de Assistência Social, referente ao Pregão Presencial nº 066/2022, em que transcorre o procedimento licitatório nesta modalidade, do tipo “menor preço”, visando aquisição de cestas básicas, para atender o plano de assistência social do município de São José das Palmeiras-PR.(conf.LeiMunicipalnº604/2017de09denovembrode2017,Lei Municipal nº 619/2018 de 08 de novembro de 2018 e Decreto Municipal nº 167/2021 de 17 de novembro de 2021), para atender a Secretaria de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras- PR., que faz parte deste Pregão Presencial, veio a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico quanto à minuta do instrumento de Pregão Presencial, face ao contido no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Examinada a minuta referida e encartada, entendemos que guardam regularidade com o Examinada a minuta referida e encartada, entendemos que guardam regularidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, visto que presente as cláusulas essenciais, sem quaisquer condições que possam tipificar preferências ou discriminações.

Quanto ao objeto pretendido pela Administração - aquisição de bens e serviços comuns, tem-se que este objeto é compatível com o Pregão, nos termos do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002.

Por outro lado, se faz necessário manifestar acerca da realização de licitações na modalidade Pregão, em sua forma presencial, tendo em vista o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, firmado através do Acórdão nº 2.605/2018, sobre a utilização prioritária do Pregão em sua forma eletrônica.

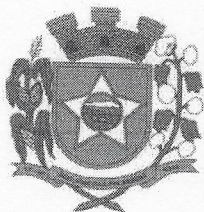
Embora o TCE/PR, através do Acórdão nº 2605/2018 tenha firmado entendimento no sentido de que o Pregão em sua forma eletrônica deve ser utilizado como regra pela Administração Pública, a própria decisão frisa que, conforme o caso concreto e desde que devidamente justificada a escolha, pode ser utilizado o Pregão em sua forma presencial.

Assim, ressalta-se que tal escolha deve considerar as particularidades de cada município, tendo em vista a situação local de cada ente, que difere bastante em razão do tamanho e das condições econômicas de cada cidade, bem como em razão das peculiaridades de fornecedores locais.

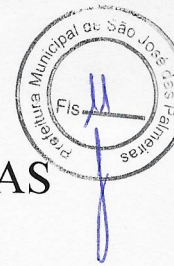
Passamos, portanto, a analisar as situações que justificam no Município de São José das Palmeiras/PR, a utilização do Pregão em sua forma presencial.

Verifica-se que a maioria das licitações realizadas no Município de São José das Palmeiras/PR se dão através da modalidade Pregão, em sua forma presencial, em razão das particularidades que envolvem as compras e contratações públicas da Administração





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Municipal, conforme passamos a analisar.

O primeiro ponto a ser analisado é o que determina o regulamento municipal quanto ao tema, pois bem, no Município de São José das Palmeiras/PR a utilização do Pregão está disciplinada pela Lei Municipal n.º 402/2009.

A referida norma estabelece no Art. 2º, § 2º, que “poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação próprios ou por convênios ou contratos firmados com as instituições de que trata o parágrafo anterior, por meio de regulamentação específica através de ato do Executivo, em observância da legislação federal regente da espécie”.

Contudo, nota-se que não há ato do executivo municipal sobre a utilização do Pregão em sua forma eletrônica.

A utilização da licitação na modalidade Pregão está disciplinada pelo Decreto Federal nº 3.555/2000, o qual estabelece no § 1º do art. 3º que “dependerá de regulamentação específica a utilização de recursos eletrônicos ou de tecnologia da informação para a realização de licitação na modalidade de pregão”.

Assim, na esfera federal o Pregão Eletrônico na legislação federal foi regulamentado pelo Decreto Federal nº 5.450/2005, o qual determina no art. 2º que “o pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet”.

Contudo é bastante importante avaliar que o objetivo principal da licitação é o alcance da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, situação esta que, considerando a realidade do Município de São José das Palmeiras/PR, não se alcançará se a regra for realizar Pregões na forma eletrônica.

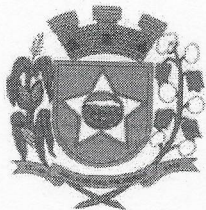
Por outro lado, se faz também necessário nessa abordagem considerar que o Município é de pequeno porte, conta com pouco mais de 3 (três) mil habitantes, conforme o último censo realizado, além disso é um Município de baixa arrecadação, cujas receitas previstas, comparado à Municípios maiores, são bem pequenas, como é o caso da previsão de receitas para o ano.

Assim, considerando que as compras e contratações feitas pela municipalidade não apresentam, em regra, complexidade nos objetos licitados frequentemente, a Administração Municipal acaba por se valer do Pregão em quase a totalidade de suas licitações para a aquisição de bens e serviços comuns, na sua forma presencial.

Ainda, é preciso ponderar que a maioria das demandas de compras e contratações que o Município de São José das Palmeiras/PR necessita fazer para atendimento de suas necessidades públicas e para que possa manter a máquina pública girando, são em sua grande maioria de itens ou de serviços, simples, sem menores complexidades que são atendidos por fornecedores locais e ou regionais.

Além disso, cabe consignar nesta análise que a realidade das empresas locais e regionais do Município e das cidades vizinhas, que também são municípios de pequeno porte, é constituída por empresas pequenas, na maioria das vezes microempreendedores individuais, os quais não apresentam condições de participar de pregões eletrônicos, seja por falta de recursos tecnológicos ou por falta de recursos financeiros e até mesmo de instrução suficiente





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



para que possam concorrer com empresas mais bem estruturadas.

Por todo o exposto, fica caracterizado que é desvantajoso ao Município de São José das Palmeiras realizar toda e qualquer licitação para aquisição ou contratação de itens comuns através de licitação na modalidade Pregão em sua forma presencial.

Além do grande prejuízo que é a falta de participação de empresas locais, fato este contrário à busca pelo desenvolvimento econômico local, há que se considerar que a utilização da forma eletrônica do Pregão resultaria em contratações de empresas distantes, encarecendo assim os custos para o Município, pois as compras e contratações são feitas geralmente em pequenas quantidades, considerando o porte do Município e a demanda a ser atendida.

Portanto, a modalidade Pregão em sua forma presencial se mostra mais célere e eficaz nas compras e contratações deste Município.

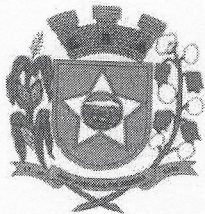
Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Desta forma, a minuta pode ser adotada. Restituam-se os autos à Secretaria responsável.

São José das Palmeiras, 05 de Dezembro de 2022.

**Herbert Correa Barros**  
Advogado do Município





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



**CONTROLE INTERNO**  
**PARECER DE ACOMPANHAMENTO**

Desencadeado tramite para emissão de procedimento licitatório de PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2022, visando a aquisição de cestas básicas, para atender o plano de assistência social do município de São José das Palmeiras-PR.(conf.Lei Municipal nº 604/2017 de 09 de novembro de 2017,Lei Municipal nº 619/2018 de 08 de novembro de 2018 e Decreto Municipal nº 167/2021 de 17 de novembro de 2021), para atender a Secretaria de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras- PR.

A Assessoria de Controle Interno procedendo análise da documentação arrolada nota que até o presente momento apresentam-se todos os encaminhamento necessários constando inclusive informação de dotação orçamentária e analise com emissão de parecer, pelo advogado do município.

Desta forma opinamos pela legalidade do referido processo consentindo que se de encaminhamento ao mesmo, de acordo com a legislação em vigor.

É o parecer,

São José das Palmeiras, 05 de dezembro de 2022.

  
MARLENE KAZIK SARMENTO BASSI  
Assessora de Controle Interno